



Universidade Federal de São Carlos

Centro de Educação e Ciências Humanas – CECH

Departamento de Psicologia – DPsi

Curso de Licenciatura em Educação Especial

**PERSPECTIVAS ACERCA DA SEXUALIDADE DE ADOLESCENTES COM
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Eduardo Thomazini

Isabella Corrêa Silva Montagnolli

Yasmin Burin Salustiano

São Carlos - SP

2019

Eduardo Thomazini

Isabella Corrêa Silva Montagnoli

Yasmin Burin Salustiano

**PERSPECTIVAS ACERCA DA SEXUALIDADE DE ADOLESCENTES COM
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Trabalho apresentado ao curso de licenciatura em Educação Especial como requisito parcial de aprovação da disciplina de Processos Investigativos em Educação Especial II.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral e Prof.^a. Dra. Marcia Duarte Galvani

São Carlos - SP

2019

RESUMO

O adolescer é marcado por mudanças físicas, psicológicas e sociais referentes ao início da sexualidade, mas pode ser tratado como um tabu para pessoas com deficiência intelectual. Sendo assim, objetivando compreender o lado da família, do adolescente com D.I. e da sociedade acadêmica sobre o assunto, foram utilizados meios de pesquisa como: questionário online com a sociedade acadêmica, entrevistas semiestruturadas com 2 adolescentes com D.I e com 4 familiares. O resultado conquistado foi que alguns participantes ainda apresentam preconceitos enraizados da nossa cultura e sociedade, as pessoas do meio acadêmico surpreendem ainda mais, uma vez que é esperado que tenham um pouco mais de informação baseado no grau de escolaridade, quando, na realidade, obtivemos respostas onde claramente existe uma escassez de informação e abundância de tabus.

Palavras-Chave: Educação especial; Deficiência Intelectual; Sexualidade; Adolescência; Educação sexual.

ABSTRACT

Reaching adolescence is marked by physical, psychological and social changes regarding the beginning of sexuality, but it can also be seen as taboo for people with intellectual disabilities. Therefore, by using an online questionnaire, semistructured interviews with two teenagers with intellectual disabilities and four family members, we aim to comprehend their side of the story. As result conceived in this research, we can realize that some of the participants still suffers from prejudice rooted in our culture and society. People from the Academic Center surprised us even further, once is expected more knowledge regarding their education level, when in reality, we got answers where there is a clear shortage of information and understanding of taboos.

Keywords: Special Education, Intellectual Disabilities, Sexuality, Adolescence, Sexual Education

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 5 |
| 1.1 Objetivo Geral | 7 |
| 1.2 Objetivos Específicos | 7 |
| 2. MÉTODO | 7 |
| 2.1. Tipo de Pesquisa: | 7 |
| 2.2 Procedimentos éticos:..... | 8 |
| 2.3 Identificação e Seleção de Participantes: | 9 |
| 2.4 Instrumentos de coleta de dados: | 9 |
| 2.5 Materiais e Equipamentos: | 9 |
| 2.6 Procedimentos de coletas de dados: | 10 |
| 2.7 Procedimentos de análise de dados: | 10 |
| 2.8 Relevância científica e social: | 11 |
| 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO | 11 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 19 |
| 5. REFERÊNCIAS | 20 |
| APÊNDICES | 24 |

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório de pesquisa tem como temática central observar o modo qual a sexualidade é tratada no cotidiano de pessoas com deficiência intelectual (DI) bem como a visão das pessoas do meio acadêmico de uma universidade federal do interior do estado de São Paulo acerca do assunto, afim de compreender a realidade das pessoas com DI no âmbito da sexualidade e puberdade.

Pessoas com deficiência intelectual ou cognitiva costumam apresentar dificuldades para resolver problemas, compreender ideias abstratas, estabelecer relações sociais, compreender e obedecer a regras, e realizar atividades cotidianas como, por exemplo, as ações de autocuidado. (AMPUDIA, 2011)

A capacidade de argumentação desses sujeitos também pode ser afetada e precisa ser devidamente estimulada para facilitar sua participação na sociedade de modo a contribuir com que a pessoa adquira independência em suas relações com o mundo. Contudo, de acordo com Wainberg et. al (2017), o estigma social que a sociedade impõe sobre as pessoas com deficiência intelectual é frequentemente experimentado por essa população, por meio de, no mínimo, três mecanismos principais:

1) *discriminação individual* - outros indivíduos praticam atos explícitos de discriminação contra o indivíduo estigmatizado; 2) a *discriminação estrutural* - as práticas e políticas institucionais trabalham contra o grupo estigmatizado; e 3) *processos psicológicos sociais* - as próprias percepções da pessoa estigmatizada sobre os estereótipos negativos atribuídos ao traço indesejável (por vezes referido como estigma internalizado ou auto estigma) - e a discriminação esperada (p. 132)

Dentre os diversos modos de discriminação e negligências, decorrentes desses estigmas sociais, nos deparamos com um fato: o adolescer e a sexualidade das pessoas com deficiência intelectual é um tema que ainda precisa ser discutido pela comunidade científica, uma vez que essa população é composta por indivíduos que naturalmente chegam à puberdade e, conseqüentemente, à sua maturação sexual. (BASTOS, DESLANDES, 2005).

Importa ressaltar que, de acordo com Santos e Araújo (2009, p. 17), a sexualidade é uma condição humana, pode ser considerada como resultante de “uma construção histórica, social e cultural [...]” e depende de um conjunto de fatores da sociedade em

que está inserida. Denari (1997) indica ainda que a sexualidade marca a vida humana em todas as suas dimensões, não apenas biológicas, mas também físicas, psíquicas, afetivas e intelectuais, influenciando, inclusive, o modo de agir e de pensar dos indivíduos. Contudo, o que se percebe é que essa temática ainda é cercada de tabus, obscuridade, medos, julgamentos, preconceitos e punições.

Quando se fala em sexualidade de pessoas com deficiência, mais especificamente as de natureza intelectual, as manifestações sexuais desses sujeitos encontram os mais diversos empecilhos. Para muitas pessoas, essa população não possui aspectos da sexualidade e, quando apresentam atitudes e comportamentos mais sexualizados, esses são percebidos como aspectos anormais e como “problemas” potencializados que devem ser solucionados por meio de tratamentos diferenciados. (DICKERSON, 1982; LIPP, 1988; BERNSTEIN, 1992; DENARI, 1997).

É desse modo que, historicamente e socialmente, as pessoas com deficiência foram e são sexualmente reprimidas, frequentemente infantilizadas, ou taxadas de assexuadas, hiperssexuadas, ou incapazes de se relacionarem sexualmente e se reproduzirem, na concepção de que esses sujeitos são incapazes e limitados. (MAIA, RIBEIRO, 2010). Entretanto, Oliveira (1988) ressalta que as manifestações sexuais das pessoas com deficiência intelectual “são um processo de desenvolvimento comum a todos os indivíduos, pois não existe uma sexualidade específica do deficiente” (p. 18). Torna-se então fundamental que a sexualidade na pessoa deficiente passe a ser vista como uma manifestação normal ao ser humano.

Segundo Camossa (2003):

Os jovens com deficiência mental têm acesso a informações sobre sexualidade, ainda que limitadas e muitas vezes deturpadas. Isso reforça a ideia de que é necessário e urgente que propostas de orientação sexual sejam colocadas em prática como parte dos currículos educacionais junto à população especial (p. 213).

É significativo que essa mensagem seja compartilhada tanto pelos pais quanto pelos profissionais que trabalham em educação especial, pois existe uma necessidade real de saber como lidar com as manifestações sexuais da pessoa deficiente. (FREITAS, 1996)

Assim, é necessário dar informações para a pessoa com deficiência para que o mesmo exerça um direito que é seu. Ao se pensar em uma educação sexual para pessoas com deficiência mental, pensamos em uma proposta que seja desenvolvida e adequada

para todos os graus de deficiência, considerando que essa educação auxiliará para o processo de integração da pessoa deficiente. (FREITAS, 1996, p. 16)

De acordo com Morales e Batista (2010):

Na orientação sexual para jovens com diagnóstico de deficiência intelectual, como em qualquer situação de ensino, buscam-se estratégias efetivas e, dentre essas, destaca-se o uso de recursos pedagógicos (modelos tridimensionais, gravuras, dramatizações etc.) que favoreçam a compreensão dos conceitos veiculados. É também importante buscar o estabelecimento de relações e vínculos entre as experiências pessoais dos educandos e as noções apresentadas nas aulas (p. 237).

Esse projeto de pesquisa tem como o objetivo tratar o assunto de forma ampla para compreender aspectos relacionados à sexualidade das pessoas com deficiência intelectual, além do propósito de ampliar o conhecimento para a sociedade para que esses tabus sejam quebrados.

1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do presente relatório de pesquisa foi reunir e analisar elementos inerentes à trajetória de vida de pessoas com deficiência intelectual vinculadas à sua sexualidade, sob suas perspectivas e de seus familiares e da sociedade acadêmica.

1.2 Objetivos Específicos

Como objetivos específicos foi pretendido:

- a) Identificar, a partir da perspectiva de pessoas com deficiência intelectual, elementos biopsicossociais, históricos e práticos a respeito da sexualidade;
- b) Conhecer e analisar a concepção das famílias sobre a sexualidade das pessoas com deficiência intelectual;
- c) Verificar, segundo a ótica da sociedade acadêmica, sobre a sexualidade das pessoas com deficiência.

2. MÉTODO

2.1. Tipo de Pesquisa:

A presente pesquisa configura-se como descritiva, pois segundo Barros e Lehfeld (2000, p.71) “por meio de pesquisas descritivas, procura-se descobrir com que frequência um fenômeno ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações e conexões com outros fenômenos” assim este tipo é ideal para atingir os objetivos do presente estudo, além de ter caráter exploratório visto que:

As experiências de vida, ao lado do ensino formal, concorrem para a construção de conhecimentos, crenças, atitudes, valores, emoções e motivações, componentes importantes a condicionarem a percepção dos indivíduos acerca de fenômenos biológicos, psíquicos e socioambientais. Assim, a percepção constitui experiência sensorial que adquire significado à luz dessas influências. (PIOVESAN; TEMPORINI; 1995, p. 318).

Nesta linha de raciocínio percebe-se que a área da sexualidade de pessoas com deficiência intelectual começou a ser explorada recentemente, e deve ser abordada de forma mais direta e com maior envolvimento dos pesquisadores durante a pesquisa.

Particularmente, o presente estudo pode ser denominado como estudo de caso visto que:

Tendo em conta as posições dos autores apresentados o estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações. (VENTURA, 2007, p. 384).

Com este relato podemos perceber que o presente estudo, tratou cada caso de maneira focada, relacionando com a literatura científica a fim de estabelecer um padrão da forma com que o assunto é abordado.

2.2 Procedimentos éticos:

Com a aprovação do comitê sob o CAAE: 16102419.9.0000.5504. Foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos participantes pois, nas palavras de Katiúscia Antunes e Rosana Glat:

Um equívoco recorrente em algumas pesquisas é abrir mão de esclarecer os objetivos do estudo aos participantes partindo da premissa de que esses sujeitos não os compreenderiam. Isso, a nosso ver, é negar a autonomia das pessoas com deficiência decidirem se querem ou não participar de uma pesquisa. Já vivenciamos situações em que o pesquisador apresenta o TCLE para a equipe gestora da escola e a partir daí pressupõe que todos os alunos e professores necessariamente consentiram em fazer parte do estudo. (ANTUNES; GLAT, 2012, p. 17)

Após a assinatura e concordância com o mesmo prosseguimos com as entrevistas para coleta dos dados destinados à análise.

2.3 Identificação e Seleção de Participantes:

Para participar da pesquisa, foram contatados dois adolescentes com deficiência intelectual, do sexo masculino, e quatro familiares (três mães e uma irmã) por meio dos aplicativos de comunicação *Whatsapp* e *Messenger*. Simultaneamente, publicamos um questionário em plataformas online em redes sociais como *Facebook*, *Twitter* e em grupos do *Facebook*, para obter a opinião de membros do grupo de uma universidade pública do interior do estado de São Paulo.

2.4 Instrumentos de coleta de dados:

a) Entrevista semiestruturada: foram realizadas entrevistas de até 15 minutos com dois participantes e quatro familiares de pessoas com D.I. com o objetivo de compreender a realidade da família e analisar as interferências do ambiente ou de terceiros naquela realidade. Isto tudo seguindo o roteiro de entrevista e respeitando os direitos civis, privacidade e compromissos feitos nos termos listados no apêndice.

b) Questionário estruturado: foi utilizado um questionário online com várias questões de múltipla escolha direcionado a todos os membros do grupo de uma universidade pública do interior do estado de São Paulo, existente em uma rede social como Facebook, com o objetivo de compreender a visão do assunto do ponto de vista da sociedade acadêmica e identificar problemas, dúvidas e levantamentos a serem debatidos.

2.5 Materiais e Equipamentos:

Para a coleta e tratamento dos dados usamos computadores, celulares, a fim de mantê-los para uma boa análise final e síntese de coerentes resultados e considerações finais.

2.6 Procedimentos de coletas de dados:

Nossa pesquisa foi realizada por meio dos aplicativos Whatsapp e Messenger, as entrevistas foram feitas seguindo o roteiro às pessoas com deficiência intelectual, a qual levou até 15 minutos para ser finalizada, fizemos também entrevistas, seguindo os roteiros, com famílias de pessoas com D.I. para melhor entendimento de suas opiniões e conhecimentos sobre o assunto.

Enviamos, ainda, o questionário online no grupo de uma rede social como Facebook ou Twitter para a sociedade acadêmica de uma faculdade do interior do estado de São Paulo a fim de entender o que o público geral pensa e sabe sobre o assunto levantando dados sobre seus preconceitos anonimamente visto que os métodos comuns de coleta de dados nem sempre são um meio economicamente viável tão menos rápidos de obtenção dos mesmos (FALEIROS, KAPPLER, PONTES, SILVA, GOES, 2014), ao passo que, o presente estudo visa identificar e discutir alguns padrões enraizados na sociedade.

2.7 Procedimentos de análise de dados:

Contabilizamos os dados obtidos pelos instrumentos e realizamos: análise dos conteúdos, sob a justificativa de que:

[...] o desenvolvimento deste método passa invariavelmente pela criatividade e pela capacidade do pesquisador qualitativo em lidar com situações que, muitas vezes, não podem ser alcançadas de outra forma. De qualquer maneira é uma importante ferramenta na condução da análise dos dados qualitativos, mas deve ser valorizado enquanto meio e não confundido como finalidade em um trabalho científico. (CAMPOS, 2004, p. 611)

A fim de analisar cada caso para identificar alguns padrões no tratamento das pessoas com deficiência intelectual acerca de sua sexualidade

Tudo para a síntese de uma conclusão que cumprisse os objetivos e gerasse boa contribuição para o meio acadêmico e da sociedade como um todo.

2.8 Relevância científica e social:

A presente pesquisa contribui científica e socialmente na compreensão de concepções acerca da sexualidade das pessoas com deficiência intelectual, assim como dos motivos pelos quais essas pessoas são tratadas da forma citada anteriormente, além de gerar discussões sobre o assunto, de modo que se reúna elementos para que haja uma desconstrução destes preconceitos e estes indivíduos sejam reconhecidos de forma ética, no sentido de se melhorar as suas condições de vida nas diversas esferas da sociedade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percepções de familiares sobre a sexualidade de adolescentes com deficiência intelectual

A análise das narrativas permitiu identificar que, dentre os familiares entrevistados, houve um número significativo a respeito da ausência de sexualidade na pessoa com deficiência intelectual, apresentando também um aspecto de infantilização dos mesmo, bem como presente em estudos de Littig, et al (2012), Maia (2001), Glat e Freitas (1996), entre outros. Os relatos abaixo ilustram tal parecer:

“Ó, meu irmão e vários outros, eles não têm ciência do que é sexualidade. Então, tipo, mesmo eles não sabendo, eles podem, só que eu acho que o meu irmão ele não sente, vamos dizer assim, tesão em qualquer outra pessoa” (F1)

“Porque ela tem 12 anos e a mentalidade dela é de uma criança de 5 anos e eu como a mãe dela fico preocupada com isso” (F3)

“Minha filha é bem infantil. Entende como "fazemos" os filhos, mas é bem criança ainda” (F4)

Abordagens da sexualidade

Outro tema tratado foi a maneira em que o assunto foi abordado com seus familiares com deficiência intelectual, uma vez que, 3 dos entrevistados não discutiu o tema com os mesmos ou abordou de forma superficial. Assim como Nery, et al (2015) em seu estudo, afirma que os pais sentem dificuldade na abordagem da sexualidade, a maioria dos pais revelou nunca conversar sobre o tema, por não estar preparado. Os entrevistados, aos serem perguntados se já abordaram esse tema com seus familiares,

responderam:

“Nunca falei nada com ela nesse assunto, mas pretendo sim...” (F3)

“Nunca [...] meu irmão não fala, e muitas coisas ele não entende, falar disso com ele... ele ia olhar pra sua cara e virar o rosto sem entender absolutamente nada” (F1)

A família é o porto seguro e de proteção de seus membros, responsável pela conservação dos valores éticos e morais que vão guiar o adolescente por toda a sua vida. Cabe a ela discutir, orientar e sanar, se possível, as principais dúvidas, buscando identificar e focar nos tabus e medos presentes nessa fase. No entanto, o que se vê é uma dificuldade de expressão por partes dos pais, representada nas falas pela dificuldade em manter o diálogo sobre esse tema em casa (NERY, 2015).

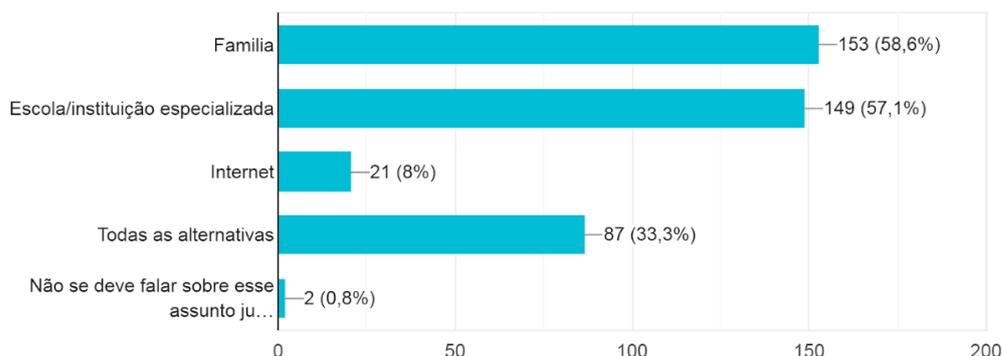
Em contrapartida, outra participante fez a seguinte afirmação: “Já orientei sobre esse tema, ele já conhece camisinha, já sabe das doenças, sabe que tem que respeitar a vontade da outra pessoa... Inclusive já sabe que se ele gostar de homem não terá problema.” (F2)

É evidente que, para os pais, é difícil lidar com a sexualidade de seus filhos quando eles próprios ainda são cercados de tabus e indefinições. A sexualidade dos filhos traz à tona, para muitos pais, aspectos reprimidos de sua própria sexualidade. (NERY, 2015). Uma vez que a pessoa se apropria de conhecimento e se empodere dos mesmos, é notório que se lide com isso de forma natural e aberta.

Gráfico 1:

Você acredita que é papel de quem falar sobre a sexualidade com esse público?

261 respostas



Fonte: Google forms

Como podemos observar no Gráfico 1 acima, em relação à quem pertence a responsabilidade de falar sobre a sexualidade com os adolescentes com D.I, a maioria dos questionados (58,6%) constatou que é a família quem deveria abordar esse tema e, em seguida (57,15) a escola/instituição especializada.

Com isso, podemos verificar que há um déficit de coerência entre o “idealizado” pelos participantes do questionário e a prática, visto que, somente 1 dos 4 familiares entrevistados abordou esse tema com o adolescente.

Outra questão, são as abordagens a partir das instituições, onde um dos adolescentes com D.I.(A2) afirmou não ter aula sobre o assunto e a F1 narrou: “Não, também. Na escola eles aprendem tarefas diárias e praticam exercícios de recreação” ao ser perguntada se a escola já falou sobre isso com o seu familiar.

Dessa maneira, fica evidente que há uma insuficiência de informações a esse respeito, quando nenhum dos agentes está realmente tratando disso, uma vez que um dos resultados da educação sexual é a diminuição da gravidez na adolescência e das doenças sexualmente transmissíveis. (FREITAS, 2017)

No questionário online lançamos a seguinte pergunta aberta hipotética: “Supondo que você tenha um filho ou filha com deficiência intelectual, ele(a) iniciou a

fase da adolescência a pouco, está com 14 anos. Você abordaria esse tema com ele(a)? De que forma?”

A maioria respondeu que abordaria o tema, porém, não explicitou de que forma faria tal ato e, alguns, responderam que mostrariam filmes e/ou vídeos que abordam esse tema, mostrariam como realmente é uma camisinha, etc. temos como exemplo a seguinte resposta:

“Acredito que eu abordaria de uma forma bem natural. Acho que com 14 anos meu filho já teria ciência, por conta da escola e pelo convívio com amigos, sobre sexo e acredito também que ele já teria noção sobre o uso de preservativos, dst ... Mas claro, eu falaria com ele de forma bem paciente e explicativa, tentando não parecer como um assunto chato ou algo do gênero, sobre o assunto”

Por outro lado, muitos responderam que não, que não saberiam lidar com isso e como, dessa forma, demonstra o mais próximo da realidade. Como na seguinte resposta:

“Nem se não tivesse deficiência eu ia falar kkkk, não levo jeito nenhum pra falar dessas coisas”.

Levando em conta que tal questionário foi enviado para que fosse respondido por pessoas do meio acadêmico, era esperado que as mesmas possuíssem uma aquisição maior de conhecimento e informação, dado o grau de escolaridade. O que vimos que não condiz muito com a realidade, baseado nas respostas obtidas.

Foi importante entrevistar familiares sobre as abordagens e também a sociedade acadêmica hipoteticamente pois vemos que na prática é muito diferente do que se é dito e escrito anonimamente, visto que, para diversos assuntos, o idealizado é mais fácil do que a realidade.

Educação Sexual

Após analisar os relatos adquiridos nas entrevistas e no questionário percebeu-se que os adolescentes com D.I. não tiveram ou tiveram aulas de educação sexual com uma precariedade de conteúdo.

Quando questionada a presença das aulas de educação sexual na vida dos adolescentes, o A1 respondeu que teve “Já tive, na época da escola quando era criança [...] não lembro muita coisa.”

Um dos familiares apontou também o ensino breve sobre o tema, mostrando assim uma situação onde ocorreu a aula, mas de maneira reduzida “Parece que a professora apenas conversou sobre a camisinha, mas sem manipular uma. Segundo a minha filha...”, disse F3.

Além desse fato, podemos perceber que por falta de instrução, as pessoas com D.I. acabam agindo de forma explícita e, geralmente, ao invés de ensiná-las, brigam com as mesmas, sem explicações á essas pessoas, que ficam sem entender o porquê de não poder cometer aquele ato, muitas vezes voltam a repeti-lo. O adolescente com deficiência intelectual tem uma maior dificuldade de entender a censura e os limites impostos pela sociedade, no que tange a essa questão. (BASTOS, DESLANDES, 2012)

É necessário que se entenda que todos temos esses instintos e o que nos impede de agir como tal é uma espécie de “freio moral” que nos é ensinado desde pequenos, porém, as pessoas envolvidas com esses sujeitos muitas vezes apenas os punem quando esses impulsos começam a surgir, como é exemplificado no documentário Vida adulta e cidadania. (Deficiência mental) - [AudioVisual Educativo] assim como, é retratado no comentário a seguir da F1:

“Como ele não entende, algumas vezes quando ele tá bravo, ele tira a cueca, mas sem entender o porquê não pode. A gente fala que não pode, bravos, e ergue de novo, daí ele para”. (F1)

Este fato também foi observado em outros estudos feitos com pessoas com deficiência como o de Morales, Batista (2010) e Denari (1997) além de:

“Embora vissem essas questões como características da adolescência de seus filhos, os pais não conseguiam enxergá-los como pertencentes a esse estágio de maturidade, nem tampouco os percebiam como crianças, pois o despertar da sexualidade genital os remetia ao mundo adulto. Por causa dessa ambivalência, e por não saberem como se comportar quando os filhos manifestavam a genitalidade, sua atitude, muitas vezes, era de reprimi-los.”(BASTOS, DESLANDES, 2012)

Essa carência gerada talvez pela frágil participação da comunidade em geral, não é raro que pais e educadores tenham dificuldade em ensinar aos adolescentes sobre sexualidade, por desinformação como também afirma (GLAMI,2004) ou por medo de

despertar o interesse dos mesmos sobre o assunto (KONSTANTAREAS, 1997) ou, também, por não saberem qual abordagem seria adequada (BALLOG, 2001)

A maioria das pessoas com D.I. terá atividade sexual de alguma forma, portanto o objetivo da educação sexual direcionada a esses sujeitos, deve ser o de desenvolver atitudes positivas a respeito da sexualidade para o desenvolvimento da autoestima (EASTGATE, 2008)

Direito à sexualidade

A sexualidade é parte inerente do desenvolvimento do ser humano (MALVEIRA, 2014). Com isso, é incontestável que pessoas com deficiência, como qualquer outra pessoa, tenham o direito de exercer sua sexualidade.

Perante as entrevistas realizadas, os entrevistados, em sua maioria, disseram que sim, o sexo é um direito deles e desse público, porém, com o devido cuidado e respeito.

“Acredito que sim, desde que o parceiro aceite ela como ela é” (F3)

“Sim sem dúvida, mas é algo sério e responsável, não pode sair assim fazendo loucuras” (F2)

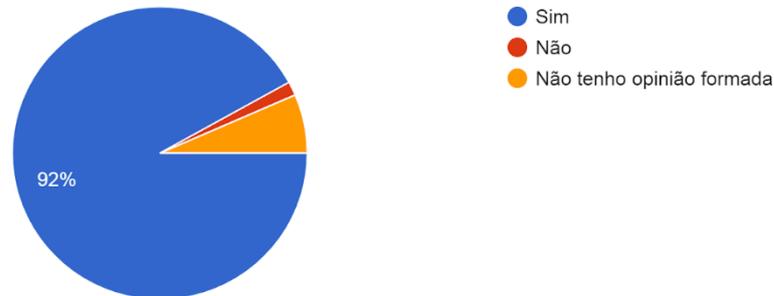
Um dos familiares, ao ser questionado sobre os direitos das pessoas com deficiência acerca de suas sexualidades, aparentou estar receosa, dizendo: “Precisam ser bem orientadas. Dependendo do nível de comprometimento, acho complicado. [...]” (F4)

Soares, Moreira e Monteiro (2008), afirmaram que o exercício da sexualidade é um direito de todos e a falta de informações sobre várias questões que envolvem a sexualidade das pessoas com deficiência é um impedimento para a manifestação e consolidação deste direito. O que evidencia a necessidade de medidas educativas que tratem a saúde do adolescente portador de deficiência de maneira abrangente e significativa, garantindo a discussão das temáticas essenciais que garantem o alcance de seus direitos humanos, dentre eles o tão mencionado anteriormente, seu direito sexual. Acrescentaram ainda que se ignorado, esse tema poderá contribuir para a desinformação e insegurança da pessoa com deficiência, além de sustentar as percepções estigmatizantes em torno das possibilidades de vida

Gráfico 2:

Você acha que o sexo é um direito de todo o ser humano, inclusive da pessoa com deficiência intelectual?

261 respostas



Fonte: Google forms

Com a observação e análise do gráfico 2, é visto que a maioria dos questionados (92%) acredita que o sexo é sim um direito de todo ser humano, seja ele uma pessoa com ou sem deficiência. Mas é notado também o fato de que 6,5% dos participantes alegaram não ter uma opinião formada sobre o assunto, e 1,5% que a sexualidade não é um direito de todo ser humano, fato esse que preocupa, pois entra na questão do preconceito e da falta de informação que a sociedade no geral tem sobre este assunto que, para muitos, é um tabu.

Relações afetivas

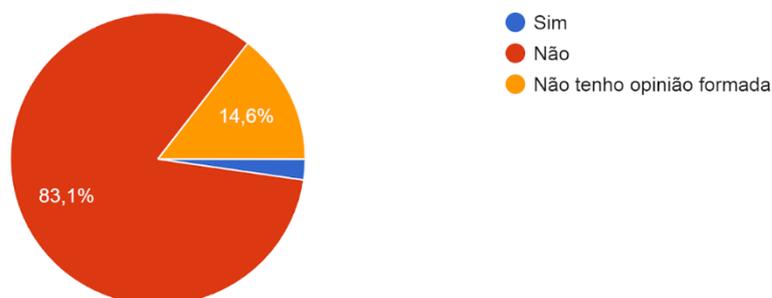
Com as respostas das entrevistas pode-se concluir que as pessoas com D.I., assim como, a maioria das pessoas também desejam ter um relacionamento, bem como uma vida sexual ativa. A A2 afirma que gostaria de namorar, mas não consegue arrumar ninguém devido a sua condição e A1 afirma:

“Entrar um relacionamento eu estou à procura, uma pessoa que me aceita do jeito que eu sou...” (A1)

Gráfico 3:

Você acredita que as pessoas com deficiência intelectual são assexuadas (não possuem sexualidade)?

261 respostas



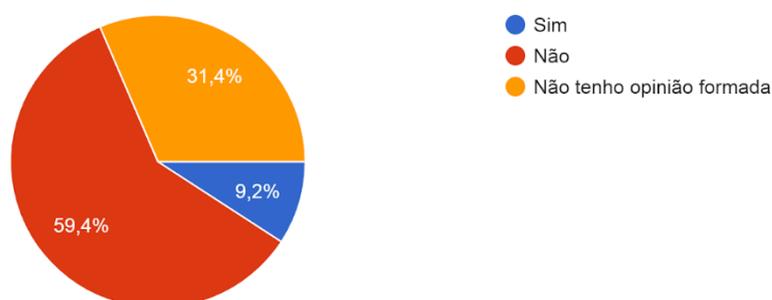
Fonte: Google forms

No gráfico 3 acima podemos perceber que no meio acadêmico 83,1% das pessoas acreditam que pessoas com D.I. não são assexuadas, pouquíssimas acreditam que são e 14,6% não tem opinião formada sobre o assunto, explicitando que pessoas com maior grau de instrução muitas vezes já entendem que pessoas com deficiência não são assexuadas diferente do que vemos de resultado em pesquisas como a de Bastos, Deslandes(2012) que deixa a amostra como pessoas com menor grau de instrução tendem a pensar o contrário.

Gráfico 4:

Você acredita que as pessoas com deficiência intelectual são hipersexuadas/ tem a sexualidade muito acentuada?

261 respostas



Fonte: Google forms

Já no gráfico 4 acima as opiniões ficaram mais divididas com apenas 59,4% das pessoas acreditando que pessoas com D.I. não são hiperssexuadas, 31,4% sem opinião formada e 9,2% que acreditam que são hiperssexuadas, mostrando que mesmo a presente pesquisa sendo feita no meio acadêmico, onde as pessoas têm maior grau de instrução, as opiniões se aproximam mais do que a pesquisa de Giami(2004), com pessoas com menor grau de instrução, evidência, a opinião errônea de que as pessoas com deficiência intelectual são hiperssexuadas.

Diferente do que muita gente pensa, essas pessoas não são assexuadas, tão menos hipersexuadas, se desenvolvem da mesma maneira que pessoas sem deficiência, de acordo com a biologia humana típica. A maioria dos adolescentes com deficiência intelectual desenvolve a sua sexualidade como seus semelhantes sem deficiência. Apesar disso, essa vivência, seja através do autoerotismo ou em relacionamentos com parceiros, têm algumas particularidades.” (BASTOS, DESLANDES, 2012)

As famílias constantemente tratam as pessoas com D.I. como crianças gerando uma infantilização das mesmas, afetando sua autonomia, além de também agirem com superproteção, tirando suas liberdades e oportunidades de se tornarem indivíduos ativos e independentes:

“Não se trata de discutir o que é certo ou errado, e sim de afirmar que a sexualidade faz parte da vida de todos. Por isso, os profissionais cuidadores devem buscar espaços para discutir com os adolescentes e sua família aspectos relacionados ao seu desenvolvimento, podendo orientá-los em outras questões da sexualidade, estimulando a reflexão sobre atitudes de superproteção, que muitas vezes se mantém e de forma exagerada, que em nada favorece a vivência sexual com autonomia e privacidade.” (BASTOS, DESLANDES, 2012)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das observações e entrevistas realizadas, nota-se que ainda há muito preconceito enraizado em nossa cultura e mesmo com maior grau de instrução o mesmo é muitas vezes predominante, percebe-se ainda que há uma enorme dificuldade por parte dos pais e educadores em ensinar para as pessoas com D.I. sobre educação sexual, e o preconceito citado anteriormente agrava ainda mais essa dificuldade.

Percebeu-se ainda que assim como nas pesquisas anteriores sobre assuntos similares, essas pessoas são estigmatizadas e vários fatores tiram delas o direito a expressar sua sexualidade e também sua autonomia e independência, como superproteção dos pais, desinformação e o próprio preconceito.

É necessário que as pessoas entendam que as pessoas com deficiência tem um desenvolvimento biológico similar ao das outras pessoas, com poucas peculiaridades, a puberdade e o desejo chegam para eles da mesma forma, é da natureza humana e negar isto é o mesmo que assumir que eles não são seres humanos, eles precisam ser educados sobre o assunto e tratados com o devido respeito.

5. REFERÊNCIAS

AMPUDIA - Ricardo - *O que é deficiência intelectual?* - 2011 - Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/271/o-que-e-deficiencia-intelectual>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

AudioVisual Educativo 1 Video (18 min). Vida adulta e cidadania. (Deficiência mental) - [AudioVisual Educativo]. Publicado pelo canal AudioVisual Educativo, 2017, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ToUillTyPEQ&feature=youtu.be> . Acessado em: 10/11/2019

BALLOGH, R. et al. Sexual abuse in children and adolescents with intellectual disabilities. *Journal of Intellectual Disability Research*, v. 45, supl. 3, p. 194-201, 2001.

BASTOS, Olga Maria; DESLANDES, Suely Ferreira. *Sexualidade e o adolescente com deficiência mental: uma revisão bibliográfica*. *Ciência & Saúde Coletiva*. p. 389-397, 2005

BERNSTEIN, Norman R. *A sexualidade em adolescentes deficientes mentais*. Em M. Sugar, *Adolescência atípica e sexualidade*. Porto Alegre: Artes Médicas. p. 51-61, 1992.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 15 de mai. 2019.

- CAMPOS, Jose. Geraldo. Cardoso. *Método De Análise De Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde*, Brasília (DF) Rev Bras Enferm. p. 611-4, 2004
- DENARI, Fatima Elizabeth. *O adolescente especial e a sexualidade: nem anjo, nem fera*. Tese-Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, p.182, 1997.
- DICKERSON, Martha Ufford. *New challenges for parents of the mentally retarded in the 1980s*. The Exceptional Child, 29, p. 5-12, 1982.
- EASTGATE, G. Sexual health for people with intellectual disability. Salud Publica de México, v. 50, supl. 2, p. S255-259, 2008.
- FALEIROS, Fabiana; KÄPPLER Christoph; PONTES Fernando Augusto Ramos; SILVA, Simone Souza da Costa; GOES, Fernanda dos Santos Nogueira; CUCICK Cibele Dias - *Uso de Questionário Online e Divulgação Virtual Como Estratégia de Coleta De Dados Em Estudos Científicos*, Texto Contexto Enferm, 2016.
- FREITAS, Hyndara. *'Educação é o melhor contraceptivo': Brasil tem piores índices de educação sexual na América Latina*. **O ESTADO DE S.PAULO**, São Paulo, 12/01/2017. Disponível em:
<<https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,educacao-e-o-melhor-contraceptivo-brasil-tem-piores-indices-de-educacao-sexual-na-america-latina,10000099685>> Acesso em: 10/11/2019
- FREITAS, Maristela Rodrigues - *Concepção de profissionais sobre a importância de uma proposta de educação sexual para deficientes mentais*. Dissertação – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, p.101, 1996.
- GIAMI, A. O anjo e a fera: sexualidade, deficiência mental, instituição. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. *Psicologia, Sexualidade e Deficiência: Novas Perspectivas em Direitos Humanos*. Psicologia: Ciência e Profissão, v.34, n.4, p. 850-863, 2014.
- KONSTANTAREAS, M.; LUNSKY, Y. J. Sociosexual knowledge, experience, attitudes, and interest of individuals with autistic disorder and developmental delay. Journal of Autism Developmental Disorders, v. 27, p. 397-413, 1997.

LIPP, Marilda Novaes. *Sexo para deficientes mentais*. Sexo e excepcional dependente e não dependente (4ª ed.) São Paulo: Cortez, (Coleção Educação Contemporânea; Série Educação Especial). 1988.

LITTIG, Patrícia Mattos Caldeira Brant; CARDIA, Daphne Rajab; REIS, Luciana Bicalho; FERRÃO, Erika da Silva. *Sexualidade na deficiência intelectual: uma análise das percepções de mães de adolescentes especiais*. Revista Brasileira de Educação Especial, v.18, n.3, p.469-486, 2012.

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. *Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências*. Revista Brasileira de Educação Especial. Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial - ABPEE, v. 16, n. 2, p. 159-176, 2010.

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi; REIS-YAMAUTI, Verônica Lima dos; SCHIAVO, Rafaela de Almeida; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; VALLE, Tânia Gracy Martins do. *Opinião de professores sobre a sexualidade e a educação sexual de alunos com deficiência intelectual*. Estudos de Psicologia (Campinas), v.32, n.3, p.427-435, 2015.

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi; CAMOSSA Denise do Amaral - *Relatos de Jovens Deficientes Mentais Sobre a Sexualidade Através de Diferentes Estratégias*; Bauru, v.12, n.24, p.205-214, 2003.

MALVEIRA, Jamille Saraty. *Direito à Sexualidade: uma perspectiva juscivilística*. In: Congresso Nacional do CONPEDI/UNINOVE, 22., 2014, p. 111-138.

MORALES, Aida Souza; BATISTA, Cecília Guarnieri. *Compreensão da Sexualidade por Jovens com Diagnóstico de Deficiência Intelectual*. Psicologia:Teoria e Pesquisa, v.26, n. 2, p.235-244, 2010.

MOREIRA, Lília Maria de Azevedo. Questionamento sobre a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual. In: Algumas abordagens da educação sexual na deficiência intelectual. 3rd ed. Salvador: EDUFBA, pp. 49-55, 2011.

NERY, Inez Sampaio; FEITOSA, Jairo José de Mour; SOUSA, Álvaro Francisco Lopes de; FERNANDES, Ana Catharina Nunes . **Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes**. *Acta paul. enferm.* [online]. 2015, vol.28, n.3, pp.287-292. ISSN 0103-2100. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0194201500048>

PINHEIRO, Silvia. Nara. Siqueira.; *Sexualidade e deficiência mental: revisando pesquisa*. Pelotas. Psicol. esc. educ. v.8 n.2 Campinas. 2004

PIOVESAN, Armando, TEMPORINI, Edméa Rita. *Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública*. rev. Saude Publica, p. 318-25, 1995.

RIBEIRO, Hugues Costa de França . *Orientação sexual e deficiência mental: estudos acerca da implementação de uma programação*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.1995,

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; NEPOMUCENO, Denise. Maria.. *Sexualidade e deficiência mental: um estudo sobre o comportamento sexual do adolescente excepcional*. p.167-170, 1992,

ROCHA, Danielle Souza.da Paixão; SOUZA, Priscilla. Bellard Mendez De.*Levantamento Sistemático dos Focos de Estresse Parental em Cuidadores de Crianças com Síndrome de Down*. Revista Brasileira de Educação Especial, v.24 24, n.3, p.455-464, 2018.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos e ARAUJO, Débora Cristina de. *Sexualidades e Gêneros: questões introdutórias*. In Paraná. *Sexualidade. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação*. Departamento da Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba: SEED – Pr.. – p.216, 2009.

SOARES, Ana Helena Rotta; MOREIRA, Martha Cristina Nunes; MONTEIRO, Lúcia Maria Costa. *Jovens portadores de deficiência: sexualidade e estigma*. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 185-194, fev. 2008.

WAINBERG, Milton; PALA, Andrea; CURNOS, Francine; MCKINNON, Karen - *Validação do Questionário de Estigma Sexual na Doença Mental (MISS-Q) em uma amostra de adultos brasileiros em tratamento psiquiátrico*, J. bras. psiquiatr v.66 n.3 Rio de Janeiro, 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA

Para as pessoas com deficiência

1 - Sexo:

2 - Idade:

3 - Você já teve aulas de educação sexual? O que você aprendeu nessa aula?

4 - Sua família já conversou com você sobre sua sexualidade? Se sim, o que conversaram sobre isso? Se não, você já tentou iniciar essa conversa com eles?

5 - Você considera que o sexo é um direito seu?

6 - Você se encontra em algum relacionamento? Se sim, acha que o sexo é importante? Se não, gostaria de estar?

7 - O quanto você se considera sexualmente ativo (incluindo masturbação) em uma escala de 0 a 10?

APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA

Para os familiares dessas pessoas

1 - Idade:

2 - Grau de parentesco:

3 - O que você acha sobre a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual?

4 - Você considera que o sexo é um direito de todos inclusive dessas pessoas?

5 - Você já abordou o tema sexualidade com seu(sua) (grau de parentesco)? Se sim, de que maneira? Se não, qual o motivo?

6 - Você já teve algum problema relacionado ao assunto com seu(sua) (grau de parentesco)? De que forma você controlou a situação?

APÊNDICE C- QUESTIONÁRIO GOOGLE FORMS

Disponível em: < https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScK_NU-fktzmBaKmjV5s--sZKhCfypqnK8-8tXUmOKZl1YgwQ/viewform>

1. Qual é a sua idade?

- Acima de 60 anos
- Entre 15 e 20 anos
- Entre 31 e 59 anos
- Até 14 anos
- Entre 21 e 30 anos

2. Você É ou CONHECE alguma pessoa com deficiência intelectual?

- Sou
- Conheço
- Nenhuma das alternativas

3. Você acredita que as pessoas com deficiência intelectual são assexuadas (não possuem sexualidade)?

- Sim
- Não
- Não tenho opinião formada

4. Você acredita que as pessoas com deficiência intelectual são hiperssexuadas/ tem a sexualidade muito acentuada?

- Sim
- Não
- Não tenho opinião formada

5. Você acredita que é papel de quem falar sobre a sexualidade com esse público?

- Família
- Escola/instituição especializada
- Internet
- Todas as alternativas

Não se deve falar sobre esse assunto junto aos mesmos

6. Você acha que o sexo é um direito de todo o ser humano, inclusive da pessoa com deficiência intelectual? *

- Sim
- Não
- Não tenho opinião formada

7. Supondo que você tenha um filho ou filha com deficiência intelectual, ele(a) iniciou a fase da adolescência a pouco, está com 14 anos. Você abordaria esse tema com ele(a)? De que forma? (Camisinha, anticoncepcional, Doenças sexualmente transmissíveis etc.)

**APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIMENTO**

**BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012,
MS.**

Prezado(a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre **SEXUALIDADE DE ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL** e está sendo desenvolvida por Eduardo Thomazini, Isabella Corrêa Silva Montagnolli e Yasmin Burin Salustiano do Curso de Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, sob a orientação do Prof. Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral

O objetivo geral do presente projeto de pesquisa é reunir e analisar elementos inerentes à trajetória de vida de pessoas com deficiência vinculadas a sexualidade das mesmas bem como compreender a visão de suas famílias sobre a aceitação e observar a concepção que a sociedade acadêmica tem a respeito. Assim como, reconhecer as opiniões, ampliar o conhecimento da sociedade sobre o assunto e apresentar outras perspectivas sobre o mesmo.

Solicitamos a sua colaboração para a entrevista com duração de 15 a 30 minutos, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Como **RISCOS** informamos que essa pesquisa pode trazer alguns desconfortos de ordem emocional e psicológica causados pela entrevista. No entanto precauções serão tomadas, tais como respeito a sua vontade para participar do estudo, bem como compromisso de resguardo das informações e sigilo da sua identidade.

Esclarecemos que sua participação (*ou a participação do menor ou outro participante pelo qual ele é responsável*) no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso). Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura dos Pesquisadores responsáveis:

Eduardo Thomazini

Isabella C. S. Montagnolli

Yasmin B. Salustiano

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, que qualquer gasto comprovadamente advindo da participação na pesquisa será ressarcido pelos pesquisadores, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam

utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento assinada pelos pesquisadores.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de participação do(a) meu(minha) filho(a) na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br

São Carlos, ____ de _____ de _____

Assinatura do participante ou responsável legal

Contato com os Pesquisadores Responsáveis:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para um dos pesquisadores:

Eduardo Thomazini

Telefone:(16) 9 9462-2333. Email:Zakkythomaz@gmail.com- Endereço: Rod. Washington Luiz, s/n, São Carlos - SP, CEP: 13565-905.

Isabella Corrêa Silva Montagnolli

Telefone: (19) 9 94091885. Email:isabellamontagnolli@gmail.com - Endereço: Rod. Washington Luiz, s/n, São Carlos - SP, CEP: 13565-905

Yasmin Burin Salustiano

Telefone: (19) 9 81406788. Email:burinyasmin@gmail.com- Endereço: Rod. Washington Luiz, s/n, São Carlos - SP, CEP: 13565-905

**TERMO DE ASSENTIMENTO
PARA PARTICIPANTE MENOR DE IDADE (6 anos acima)**

BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS, Nº466/2012, MS

Prezado(a) Participante,

Esta pesquisa é sobre **SEXUALIDADE DE ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL** e está sendo desenvolvida por Eduardo Thomazini, Isabella Corrêa Silva Montagnolli e Yasmin Burin Salustiano do Curso de Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, sob a orientação do(a) Prof.(a) Leonardo Cabral

O objetivo geral do presente projeto de pesquisa é reunir e analisar elementos inerentes à trajetória de vida de pessoas com deficiência vinculadas a sexualidade das mesmas bem como compreender a visão de suas famílias sobre a aceitação e observar a concepção que a sociedade acadêmica tem a respeito. Assim como, reconhecer as opiniões, ampliar o conhecimento da sociedade sobre o assunto e apresentar outras perspectivas sobre o mesmo.

Solicitamos a sua colaboração para a entrevista com duração de 15 a 30 minutos, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Como **RISCOS** informamos que essa pesquisa pode trazer alguns desconfortos de ordem emocional e psicológica causados pela entrevista. No entanto precauções serão tomadas, tais como respeito a sua vontade para participar do estudo, bem como compromisso de resguardo das informações e sigilo da sua identidade.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, você não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso). Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura dos Pesquisadores responsáveis:

Eduardo Thomazini

Isabella C. S. Montagnolli

Yasmin B. Salustiano

Eu aceito participar da pesquisa, que tem o objetivo de compreender os aspectos relacionados à sexualidade das pessoas com deficiência intelectual, compreender a visão de suas famílias sobre a aceitação e observar a concepção que a sociedade tem a respeito. Assim como, reconhecer as opiniões, ampliar o conhecimento da sociedade sobre o assunto e apresentar outras perspectivas sobre o mesmo. Entendi os riscos e os benefícios da pesquisa. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir sem que nada me aconteça.

Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus pais e/ou responsáveis.

Li e concordo em participar como voluntário da pesquisa descrita acima. Estou ciente que meu pai e/ou responsável receberá uma via do termo assinada pelos pesquisadores.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de participação do(a) meu(minha) filho(a) na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br

São Carlos, ____ de _____ de _____

Assinatura do participante (menor de idade)

Contato com os Pesquisadores Responsáveis:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para um dos pesquisadores:

Eduardo Thomazini

Telefone:(16) 9 9462-2333. Email:Zakkythomaz@gmail.com- Endereço: Rod. Washington Luiz, s/n, São Carlos - SP, CEP: 13565-905.

Isabella Corrêa Silva Montagnolli

Telefone: (19) 9 94091885. Email:isabellamontagnolli@gmail.com - Endereço: Rod. Washington Luiz, s/n, São Carlos - SP, CEP: 13565-905

Yasmin Burin Salustiano

Telefone: (19) 9 81406788. Email:burinyasmin@gmail.com- Endereço: Rod. Washington Luiz, s/n, São Carlos - SP, CEP: 13565-905

(2/2)

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar),

Prezado Comitê de Ética em Pesquisa da UFSCar, na função de representante legal da _____, informo que o projeto de pesquisa intitulado **SEXUALIDADE DE ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL** apresentado pelos pesquisadores, Eduardo Thomazini, Isabella Corrêa Silva Montagnolli e Yasmin Burin Salustiano do Curso de Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, sob a orientação do(a) Prof.(a) Leonardo Cabral

O objetivo geral do presente projeto de pesquisa é reunir e analisar elementos inerentes à trajetória de vida de pessoas com deficiência vinculadas a sexualidade das mesmas bem como compreender a visão de suas famílias sobre a aceitação e observar a concepção que a sociedade acadêmica tem a respeito. Assim como, reconhecer as opiniões, ampliar o conhecimento da sociedade sobre o assunto e apresentar outras perspectivas sobre o mesmo, foi analisado e considerando que o mesmo siga os preceitos éticos descritos pela resolução 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, fica autorizada a realização do referido projeto apenas após a apresentação do parecer favorável emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar.

“Declaro ler e concordar com o parecer ético emitido pelo CEP da instituição proponente, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 510/16. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Assinatura: _____

(representante legal)

(assinatura e carimbo)